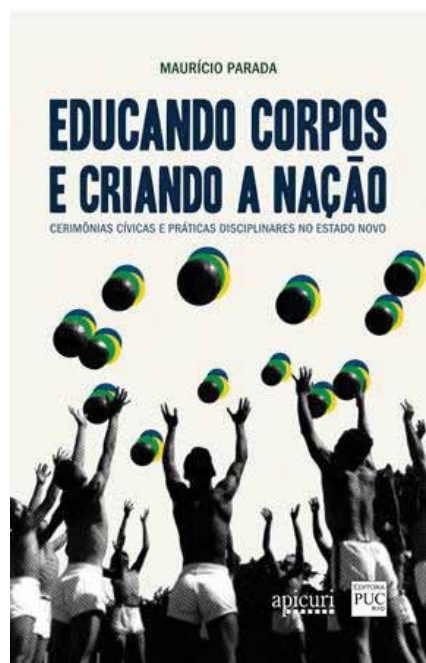


MAURÍCIO PARADA: “Educando Corpos e Criando a Nação. Cerimônias Cívicas e Práticas Disciplinares no Estado Novo”

Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2009



Raisa Marques*

A juventude foi colocada no centro do projeto de unidade cívica do Estado Novo, era um recurso político importante e pacificá-la poderia ser a garantia da extensão da ordem para outras gerações

O livro *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*, do professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Maurício Parada, é um estudo sobre os valores da cultura cívica durante o período do Estado Novo (1937–1945). O foco são as cerimônias responsáveis por projetar um modelo de organização de sociedade brasileira que deveria ser pautada na ordem, obediência à autoridade e aceitação, e que preparavam o terreno ideológico para uma sociedade militarizada na tentativa de criar coesão social.

No livro encontramos a construção desses valores demonstrada através do calendário cívico varguista. Esse calendário foi dividido pelo

autor em três eixos anuais de festas promovidas pelo Estado. O primeiro eixo ocorria no início do ano e incluía o Dia de Tiradentes, o aniversário de Getúlio Vargas e o Dia do Trabalho. O segundo é uma série que conta com as comemorações da Semana da Pátria, em especial o desfile militar, além da Hora da Independência e do Desfile da Juventude, que o autor explora mais profundamente. Por fim, no terceiro eixo estão as comemorações da Proclamação da República e o aniversário do Estado Novo.

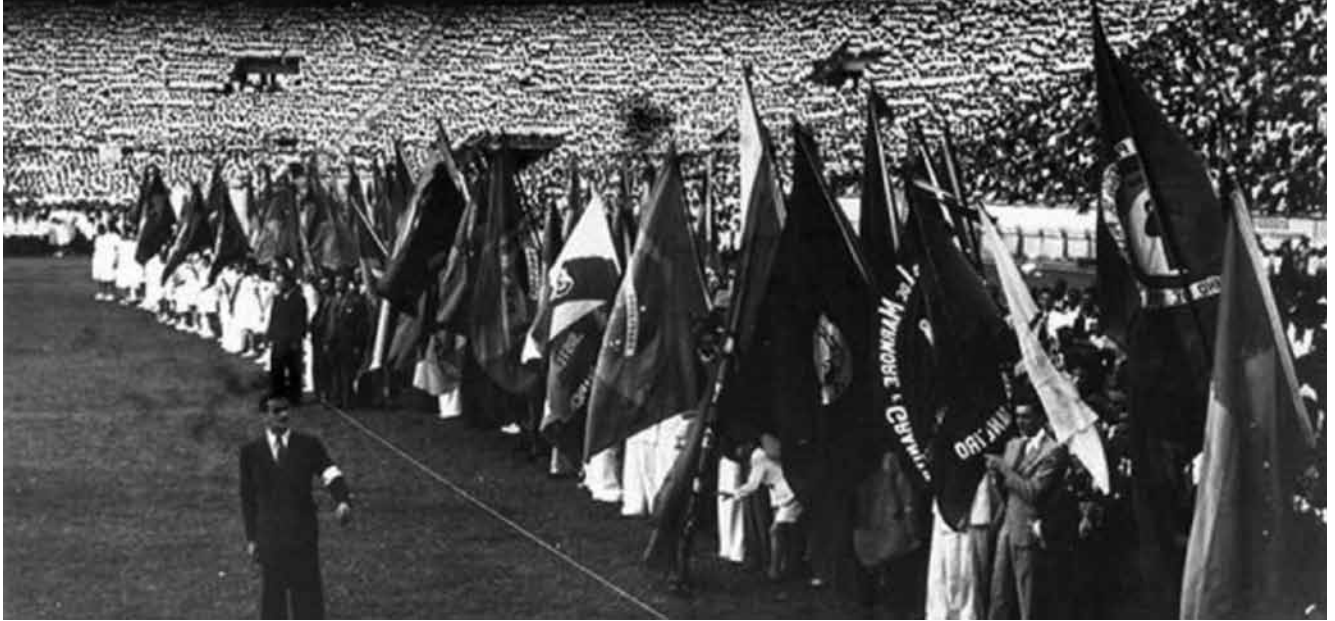
Ao analisar o processo de consolidação da ordem e da disciplina em âmbito nacional, o autor mostra as cerimônias cívicas como momentos de contemplação dos propósitos estadonovistas, com repetidos desfiles militares, marchas, demonstrações de força, ordem e de “cultura física”. Cada atividade é analisada como parte da tentativa de pacificação de um universo público muito conturbado, resultado das diversas forças políticas que emergiam naquele momento.

Destacam-se dentro desse calendário dois aspectos. Primeiramente, o papel da juventude, personagem importante, colocado no centro do projeto de unidade cívica, explicitada na primeira parte do título (*Educando Corpos*). A juventude era um recurso

político importante, largamente utilizado em vários períodos da história mundial, e pacificá-la poderia ser a garantia de extensão da ordem para outras gerações. O autor coloca que para isso novas disciplinas passaram a integrar o ensino em todas as escolas primárias, normais e secundárias do país todas com conteúdo nacionalista, incluindo a educação física, sempre associadas ao civismo. Além disso, criam-se movimentos voltados para o jovem, alguns com objetivo de inserção política outros de aprendizado para normas públicas.

O segundo aspecto que se destaca é o que diz respeito à segunda parte do título (*Criando Nações*). Em seu governo, Getúlio Vargas articula um processo, tardio em relação a outros países, de *construção da nação*. Analisando o cenário brasileiro, percebemos que embora a ideia de nação tenha tido seu início no Brasil logo após a Independência, apenas a partir de 1930 é que a questão foi tratada com maior ênfase, e nesse momento, a educação foi utilizada como meio disseminador dos ideais nacionalistas de uma maneira nunca vista na história do país.

Os elementos colocados pelo autor debatem a invenção da ideia de nação. Para ele, a nacionalidade não



Flagrante da multidão presente ao campo do Vasco da Gama por ocasião do encerramento das comemorações da Semana da Pátria. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1941

é genética, mas uma construção cultural. As nações são portanto, imaginadas, criadas através do simbolismo nacional. Esse simbolismo teria o poder de unir, de construir uma nação, e esse processo se dá menos ou mais facilmente de acordo com as muitas diferenças inerentes ao povo em questão.

Tradições que hoje nos parecem ancestrais podem ter sido inventadas em uma época recente, durante a busca da disseminação de valores e normas de comportamento, por meio da repetição, num processo relatado pelos historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger no livro *A Invenção das Tradições*.

O livro de Maurício Parada é carregado de predicados e um ótimo ponto de partida para todos que se interessam pela história da construção da nação brasileira, pelo papel da juventude nesse processo e pelos embates entre os projetos imaginados pelos governantes e os desejos da população. No entanto, é preciso destacar algumas questões, onde o livro poderia ser mais preciso.

Em primeiro lugar, embora descreva as constantes mutações das cerimônias cívicas, o texto nos dá a impressão de que a massa urbana era um “bloco de cidadãos disciplinados”.

Podemos imaginar, entretanto, que para além de outros argumentos, o próprio fato do formato das cerimônias não ser estático demonstra que esse “bloco de cidadãos” não era tão monolítico como nos é apresentado.

Para o autor esse “bloco” só vai se dissolver quando a massa urbana volta ao cenário público em 1942, data que marca a entrada do governo brasileiro na Segunda Guerra Mundial, posição somente tomada após uma enorme pressão popular.

No entanto, entre os anos de 1935 e 1938, ocorreram diversos movimentos populares, com intensa participação da juventude, mais especificamente do movimento estudantil, como as greves contra as taxas escolares e principalmente pelo abatimento de 50% das tarifas dos bondes aos estudantes. Essas ações aglutinaram muitos jovens, que se organizaram em uma rede até concretizarem a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938, entidade que nasce unificando experiências obtidas por organizações de juventude.

Também é importante ressaltar que ao concentrar o discurso ordenador na juventude, o Estado varguista entrava em uma disputa bastante

presente na sociedade. O jovem já era alvo do trabalho ideológico de diversos setores políticos. Organizações como a Juventude Comunista investiram esforços em criar e dirigir entidades estudantis, muitas vezes sob intensa perseguição do governo Vargas. Além dos comunistas, o caminho da disputa política da juventude também foi adotado pela Igreja Católica e pelo Movimento Integralista.

Portanto, a tentativa de dominação ideológica do Estado Novo não era completamente original, não se deu por completo e muita agitação popular ocorria antes de 1942.

Se por um lado, o calendário cívico de Vargas cumpria um papel na tentativa de pacificação e hegemonização da sociedade pós-conflitos sociais ocorridos no início da década de 1930, e esse processo contribuiu para a construção da nação brasileira, por outro lado também contribuíram no mesmo sentido as ações populares e os movimentos que resistiram a todo esse processo. ●

* **Raisa Marques** é historiadora; Diretora de Memória do CEMJ e autora do livro "UBES uma Rebelião Consequente: A história do movimento estudantil secundarista do Brasil"